



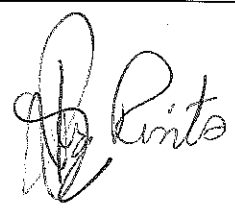
CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DE FACHADAS" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL CARPINTARIA PINTO & PINTOS, LDA, DE ARCOS DE VALDEVEZ [PO 226/2017] -----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **10 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação da Câmara Municipal de 10 de julho de 2017, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

José Pinto Rodrigues, casado, natural da freguesia de Prozelo e residente no lugar de Bouça, freguesia do Couto, ambas deste concelho, portador do Cartão de Cidadão nº 10132241, e **Francisco Pinto Rodrigues**, casado, natural da mesma freguesia de Prozelo, onde reside no lugar da Veiga, portador do Cartão de Cidadão n.º 10132246, que outorgam, na qualidade de **Sócio-Gerente**, com poderes para este ato, em representação da empresa, denominada "**CARPINTARIA PINTO & PINTOS, LDA**", com sede no lugar de Portelinha, da referida freguesia de Prozelo, concelho de Arcos de Valdevez, matriculada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, com o número de matrícula e de identificação fiscal **503 230 243**, com o capital social de € 49.879,80, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----



----- Primeira -----

O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação de Câmara Municipal de **10 de julho de 2017**, adjudicou, por ajuste direto, nos termos do artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, doravante designado por CCP, à representada dos segundos outorgantes, a empreitada de **"EDIFÍCIO DO MERCADO MUNICIPAL - ALTERAÇÃO DE FACHADAS"**. -----

Pela referida deliberação camarária foi aprovada ainda a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 2, do CCP. -----

----- Segunda -----

O preço contratual é de **€ 69.969,00 (sessenta e nove mil, novecentos e sessenta e nove euros)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de **€ 4.198,14 (quatro mil, cento e noventa e oito euros e catorze cêntimos)**. -----

----- Terceira -----

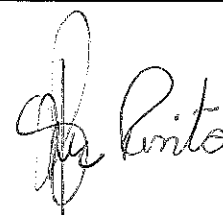
A empreitada tem por objeto os trabalhos constantes da respetiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **30 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- Quarta -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias** após a assinatura deste contrato. -----

----- Quinta -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respetivos pagamentos efetuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----



----- **Sexta** -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada dos segundos outorgantes está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP -

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efetuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F05 – Reabilitação ligeira de edifícios.** -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respectiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 03** – Edifícios e **Alínea 03** – Mercados e Instalações de Fiscalização Sanitária. -----

Classificação Funcional – **34101.** -----

----- **Décima** -----

É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições



legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar.

----- **Décima Segunda** -----

1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) O caderno de encargos; -----

d) A proposta adjudicada; -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- **Décima Quarta** -----

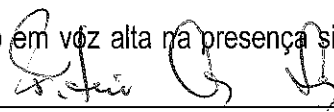
Os segundos outorgantes declaram aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados. -----

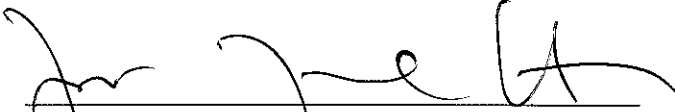
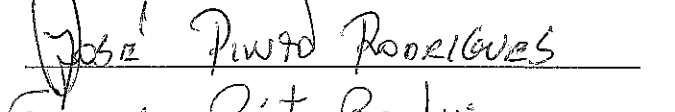

----- **Décima Quinta** -----

Que se obrigam a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respetiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelos segundos outorgantes os seguintes documentos que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da

Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **08-06-2017**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **08-06-2017**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses; c) Alvará de empreiteiro de obras públicas nº **59777-PUB**, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 8074-8251-3312, subscrita em 08-06-2017 e válida até **08-06-2018**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes dos segundos outorgantes para este ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos três intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de todos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste ato. -----


José Pinto Rodrigues

Francisco Pinto Rodrigues


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **92/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **42/2017**